

IDEAU

ENSINO PARA SURDOS E ENSURDECIDOS: DESAFIOS HISTÓRICOS, CONTEMPORÂNEOS E METODOLOGIAS

EDUCATION FOR THE DEAF AND HARD OF HEARING: HISTORICAL AND CONTEMPORARY CHALLENGES AND METHODOLOGIES

EDUCACIÓN PARA PERSONAS SORDAS Y CON DISCAPACIDAD AUDITIVA: DESAFÍOS HISTÓRICOS, CONTEMPORÂNEOS Y METODOLOGÍAS

Sâmia Cristina Martins Silva

Doutoranda em Ensino, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: samiacmartinss@gmail.com

Renata Araujo Lemos

Doutoranda em Ensino, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: lemos.araujore@gmail.com

Welberth Santos Ferreira

Doutor em Física, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: welberthsf@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, discutimos metodologias de ensino para surdos e ensurdecidos na educação básica, com ênfase no bilinguismo e nos desafios contemporâneos relacionados à aprendizagem inclusiva. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa, fundamentada em obras de Strobel (2009), Quadros (1997) e outros, além de legislações como as Leis 10.436/2002 e 13.146/2015, analisam-se a evolução histórica do ensino para surdos e os modelos educacionais desenvolvidos. O estudo destaca três métodos principais: oralismo, bimodalismo e bilinguismo, defendendo o último como o mais adequado para a inclusão efetiva. O bilinguismo, ao priorizar a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda, valoriza a identidade cultural dos surdos e promove sua integração social e educacional. Também são abordados avanços legais, como o reconhecimento da educação bilíngue na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Apesar dos progressos, persistem desafios, como a falta de formação docente específica e o desconhecimento sobre a Libras. Por fim, apresentamos a representação da educação bilíngue como uma estratégia emancipadora, mas que ainda demanda aprofundamento teórico e prático para superar suas limitações e garantir um ensino inclusivo,

DOI:10.55905/reiv5n1-006

Submitted on: 1.31.2025 | Accepted on: 2.3.2025 | Published on: 2.19.2025

democrático e culturalmente relevante. Assim, este estudo contribui para ampliar o debate e fomentar novas investigações sobre práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Bilinguismo. Surdos e Ensurdidos. Libras. Metodologias.

ABSTRACT

In this work, we discuss teaching methodologies for deaf and hard-of-hearing students in basic education, emphasizing bilingualism and contemporary challenges related to inclusive learning. Through qualitative bibliographic and documentary research based on works by Strobel (2009), Quadros (1997), and others, as well as legislation such as Laws 10,436/2002 and 13,146/2015, the historical evolution of deaf education and the educational models developed are analyzed. The study highlights three main methods: oralism, bimodalism, and bilingualism, advocating for the latter as the most suitable for effective inclusion. Bilingualism, by prioritizing Brazilian Sign Language (Libras) as the first language and written Portuguese as the second, values the cultural identity of the deaf community and promotes their social and educational integration. Legal advancements are also addressed, such as the recognition of bilingual education in the National Education Guidelines and Framework Law. Despite progress, challenges remain, such as the lack of specific teacher training and limited awareness of Libras. Finally, we present bilingual education as an emancipatory strategy that still requires further theoretical and practical development to overcome its limitations and ensure inclusive, democratic, and culturally relevant education. This study contributes to broadening the debate and fostering new investigations into inclusive pedagogical practices.

Keywords: Bilingualism. Deaf and Hard of Hearing. Brazilian Sign Language (Libras). Methodologies.

RESUMEN

En este trabajo, discutimos metodologías de enseñanza para estudiantes sordos y con discapacidad auditiva en la educación básica, enfatizando el bilingüismo y los desafíos contemporáneos relacionados con el aprendizaje inclusivo. A través de una investigación bibliográfica y documental de naturaleza cualitativa, basada en obras de Strobel (2009), Quadros (1997) y otros, así como en legislaciones como las Leyes 10.436/2002 y 13.146/2015, se analiza la evolución histórica de la educación para sordos y los modelos educativos desarrollados. El estudio destaca tres métodos principales: oralismo, bimodalismo y bilingüismo, defendiendo este último como el más adecuado para una inclusión efectiva. El bilingüismo, al priorizar la Lengua Brasileña de Señas (Libras) como primera lengua y el portugués escrito como segunda, valora la identidad cultural de la comunidad sorda y promueve su integración social y educativa. También se abordan los avances legales, como el reconocimiento de la educación bilingüe en la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional. A pesar de los avances, persisten desafíos como la falta de formación específica para docentes y el desconocimiento sobre Libras. Finalmente, presentamos la educación bilingüe como una estrategia emancipadora que aún requiere un mayor

desarrollo teórico y práctico para superar sus limitaciones y garantizar una educación inclusiva, democrática y culturalmente relevante. Este estudio contribuye a ampliar el debate y fomentar nuevas investigaciones sobre prácticas pedagógicas inclusivas.

Palabras clave: Bilingüismo. Sordos y con Discapacidad Auditiva. Lengua de Señas Brasileira (Libras). Metodologías.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho traz um compêndio de metodologias de ensino para surdos e ensurdecidos (SE) na educação básica, com destaque para o bilinguismo e os desafios atuais para favorecimento da aprendizagem desses discentes.

Apresenta-se como objetivo central deste estudo refletir a respeito das maneiras como foi construído o ensino para pessoas surdas ao longo dos anos. Para alcançar este foco principal, é necessário cumprir os seguintes objetivos secundários: assinalar metodologias de ensino para esses discentes; e discutir os desafios contemporâneos neste contexto.

A partir disso, destaca-se que este estudo é classificado como pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa (Stumpf, 2011), cujas obras de destaque são de Strobel (2009) e Quadros (1997), enquanto a legislação em evidência neste texto voltada para inclusão são: a Lei no 10.098 (Brasil, 2000); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008); e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

Dando continuidade, viu-se como necessário buscar teses recentes que pudessem colaborar com as reflexões aqui apresentadas. Para tanto, foi realizada busca no dia 15 de dezembro de 2024 no Catálogo¹ de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foram utilizadas como palavras-chave para a pesquisa: ensino; surdos. Além disso, foram marcados como critérios de inclusão: teses de doutorado; com publicação entre os anos 2020 e 2024; área de conhecimento:

¹ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

educação.

Com esses critérios, foram encontrados 20 resultados, e dentre esta gama selecionamos três para análise por terem relação direta com o tema abordado neste texto: Negreiros (2021), Santos (2023) e Milanezi (2023).

Todos esses textos são apresentados adiante com fins de embasar as discussões apresentadas neste estudo para que se possa, nas considerações finais, compartilhar as conclusões e sugestões a respeito do tema já apresentado.

2 PRELÚDIO

Antes de apresentar qualquer conceito ou sugestão, é necessário que se destaque a importância da pesquisa que traga luz aos cenários políticos, econômicos, ideológicos e sociais do objeto de estudo (Bakhtin, 2010). Essa abordagem destaca o que há de mais importante nos relatos contextuais: as diferenças.

[...] as diferenças dentro de uma cultura devem ser definidas como diferenças políticas e não simplesmente como diferenças formais, textuais ou linguísticas; as diferenças, ainda que vistas como totalidades ou colocadas em relação com outras diferenças, não são facilmente permeáveis nem perdem de vista suas próprias fronteiras; a existência de diferenças existe independentemente da autorização, da aceitação, do respeito ou da permissão outorgado da normalidade (Skliar, 1998, p. 22-23).

Com base neste fragmento, observa-se que as diferenças são elementos fundamentais de serem destacados uma vez que marcam questões que vão além do objeto e da vontade de um ou outro indivíduo. No caso da inclusão de pessoas com deficiência, o contexto geral apresenta diferenças importantes principalmente em relação à garantia de direitos essenciais a todos os seres humanos.

No tópico seguinte será abordada de forma mais detalhada a história do ensino para surdos e ensurdecidos, porém é necessário adiantar aqui que por muito tempo houve a prática de reclusão e até de proibição das línguas de sinais

nas instituições de ensino. Esses atos de violência – assim nomeado segundo o contexto atual – eram tidos como normalidade e até recomendados.

Neste contexto de exclusão social, percebe-se ser ignorada a constituição da pessoa surda como sujeito, cujos aspectos importantes estão apresentados a seguir

A surdez é um fator condicionante inquestionável para o aprendizado do surdo, que deve ser considerado como produto de outros que o constituem como sujeito, tais como: vivências, história, religião, gênero e localidade, entre outros. [...] o desafio é encontrar meios de se ensinar respeitando a multiplicidade cultural, sem imposições de modelos ou discursos, ou seja, um ensino democratizado (Negreiros, 2021, p. 33).

Deste trecho, destaca-se a ideia do ensino democratizado que leve em consideração o sujeito e a cultura que dele não pode se dissociar, inclusive deve-se dar o destaque necessário para a língua de sinais que constitui (Dizeu e Caporali, 2005) a comunidade surda da qual aquele indivíduo faz parte.

Também é válido lembrar que a Libras deve ser considerada conforme seu status real: de língua. Não apenas como conjunto de gestos, mas como um conjunto ordenado e convencionado de signos, com estrutura e regras próprias, o que atende ao conceito empregado por Saussure (1987) para diferenciar língua de linguagem.

A partir dessas considerações, passa-se agora para um apanhado histórico do ensino para SEs.

3 HISTÓRICO DO ENSINO PARA SURDOS E ENSURDECIDOS

Pensando em importantes fatos históricos voltados ao tema deste estudo, dois eventos mostram-se centrais para que se possam marcar as diferenças nos contextos de ensino para pessoas surdas: a criação da primeira instituição de ensino voltada para esses discentes no Brasil em 1856 e o Congresso de Milão em 1880.

O primeiro, resultou na instituição que, hoje, é chamada de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Essa instituição por muitos anos foi a

única voltada para esse público na América Latina e foi fruto do relatório e experiência de E. Huet que convenceu D. Pedro II a fundar a escola, o que ocorreu também motivado pela existência de pessoas surdas na família imperial (Santos, 2023).

O segundo evento já vai na contramão do que foi defendido até aqui, principalmente sobre a constituição da pessoa surda como sujeito. No Congresso Internacional de Educação de Surdos realizado em Milão de 6 a 11 de setembro de 1880, foi proibido o uso de língua de sinais no processo educacional desses discentes, isso ocasionou, inclusive, que as mãos desses alunos fossem amarradas para favorecer apenas a oralidade (Santos, 2023).

Milanezi (2023) destaca o público de votantes deste congresso que resultou nesta medida: a quantidade de pessoas votantes surdas no evento era mínima; a maioria das pessoas era ouvinte e defendia o método de oralização pura e isolada, ignorando tanto o método misto, quanto as línguas de sinais, o que já foi citado neste texto que é elemento fundamental para a comunidade surda.

Há, ainda, uma classificação com recortes relevantes para as reflexões deste estudo: período de Revelação Cultural que ocorre de 1760 a 1880, quando a criação das instituições de ensino é fator que favorece a criação da cultura/comunidade surda; período de Isolamento Cultural causado pelo Congresso de Milão e que se estende até 1960 quando inicia-se o abandono gradual das resoluções do Congresso; e o período chamado de Despertar Cultural, a partir do qual as línguas de sinais tomam protagonismo e diversos direitos são conseguidos pela/para comunidade surda (Strobel, 2009).

Neste contexto, destacam-se, no Brasil, as leis 10.436 (Brasil, 2002) – que reconheceu a língua brasileira de sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão – e 13.146 (Brasil, 2015) – que institui o Estatuto da Pessoa com deficiência. Esses dispositivos legais compõem o que a autora (Strobel, 2009) classificou como despertar cultural e mostram o quanto as reivindicações não apenas de surdos e ensurdecidos, como também de outras pessoas com deficiência resultaram em ganhos importantes para a causa em

aspectos diversos que afetam o cotidiano e a constituição dessas pessoas como sujeitos e cidadãos.

A partir deste recorte temporal, debruça-se, adiante, na reflexão a respeito do método de ensino bilíngue, amplamente defendido neste período de valorização das línguas de sinais.

4 ENSINO BILÍNGUE: DISCUSSÕES E PERSPECTIVAS

O ensino de pessoas surdas e ensurdecidas apresenta a comunicação como primeiro elemento a ser discutido tendo em vista que vivemos em uma sociedade que privilegia a oralidade, o que não é natural (Quadros, 1997; Dizeu e Caporali, 2005) a esses estudantes. Por esta razão, foram elaborados três métodos de ensino que refletem o contexto ideológico social a respeito de pessoas surdas e da concepção das línguas de sinais como língua de fato ou não.

O primeiro é o oralismo, um método que não só privilegia a oralidade, como ignora a existência das línguas de sinais. Esse método requer da pessoa surda o aprendizado de uma língua que ela não ouve, mas que é baseada primordialmente no som (Quadros, 1997). Além de questões identitárias já citadas, este método pode causar falhas no processo educacional e frustrações tanto no estudante, quanto nas pessoas ouvintes que convivam com ele.

Já o segundo método é o bimodalismo (Quadros, 1997), que apresenta uma concepção errônea de mistura de língua oral e de sinais – quase uma língua portuguesa sinalizada, por exemplo – o que pode dificultar a aprendizagem uma vez que se tem a proposta de mesclar duas línguas com estruturas linguísticas distintas.

Por fim, chegasse ao bilinguismo – o método defendido neste texto – cujo conceito é

[...] o sujeito deve adquirir a língua de sinais, como primeira língua, de forma natural e uma segunda língua, a língua da sociedade ouvinte majoritária (oral e/ou escrita), construídas por intermédio das bases linguísticas obtidas por meio da língua de sinais (Dizeu e Caporali, 2005, p. 583).

Além de dar o destaque devido à língua que constitui a identidade da comunidade surda, este modelo deixa claro qual é a língua primária e a secundária, destacando a necessidade da aprendizagem da língua de sinais o mais cedo possível.

Sobre isso, Quadros (1997) lembra que considerar as duas como línguas a parte é o mais adequado, principalmente porque “A preocupação atual é respeitar a autonomia das línguas de sinais e estruturar um plano educacional que não afete a experiência psicossocial e linguística da criança surda” (Quadros, 1997, p. 27). Assim, é levada em consideração o cenário linguístico como parte constituinte de um contexto cultural geral dessas pessoas SEs.

Nesse sentido, o Decreto nº 5.626/05 – capítulo VI – traz a expressão línguas de instrução, ressaltando língua portuguesa na modalidade escrita (Brasil, 2005), uma vez que embora várias pesquisas venham elaborando alternativas escritas para a Libras, não há um consenso a esse respeito tanto sobre qual modalidade escrita adotar, quando se há mesmo a necessidade de adotar uma escrita específica para a Libras, se a pessoa também terá que aprender a escrita em língua portuguesa como exigência social.

Outra lei que aborda o bilinguismo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394. Nela, no artigo 60, há o seguinte texto após alteração dada pela Lei nº 14.191/2021:

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em Português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (Brasil, 2021, não paginado).

A inserção do bilinguismo como modalidade na LDB foi um passo importante para destacar a importância desse método, sem que se excluam outros métodos que porventura possam ser mais adequados para os indivíduos,

como a presença de intérpretes de Libras para acompanhar o aluno durante as atividades escolares.

A esse respeito é fundamental refletirmos sobre a necessidade de formação específica de professores como um aspecto crucial para superar essas barreiras e garantir a efetividade do método bilíngue, visto que há lacunas na formação docente. Leite (2016) defende que uma alternativa de solução mais imediata seria a oferta de cursos de especialização para, a curto prazo, suprir as necessidades formativas existentes. Já a longo prazo, torna-se indispensável a criação de cursos de graduação em pedagogia bilíngue em Libras.

Anterior a esses documentos, ainda sobre bilinguismo, vale citar o trabalho publicado em 1986, pela pesquisadora Lucinda Ferreira Brito. Neste ela afirmava, assertivamente, que o bilinguismo já era a solução para que se proporcionasse efetivamente a integração do surdo na sociedade (Ferreira Brito, 1986). Fernandes e Rios (1998) também defendem a existência do ensino bilíngue como única estratégia possível, tendo em vista que o ambiente em que o surdo está inserido já em viés em que as duas línguas – oral e de sinais – coexistem.

Negreiros (2021) traz uma outra percepção importante a esse respeito

O bilinguismo, como um modelo de ensino emancipador, busca conciliar a língua de reconhecimento (a Libras) com a língua que permite ao surdo ser reconhecido (a Língua Portuguesa). A mediação entre essas duas línguas é, provavelmente, o que vai permitir o desenvolvimento social do aluno com surdez, oportunizando que suas interações não se restrinjam a seus pares. Ter conhecimento da língua dominante é, sem dúvidas, um caminho para a apropriação do conhecimento historicamente produzido (p. 35).

Esse viés de emancipação e interação destacado pela autora é importante porque dialoga com o conceito de acessibilidade proposto pelo Estatuto da Pessoa com deficiência (Brasil, 2015), ao mesmo tempo em que deixa claro que a intenção do bilinguismo não é apenas educacional, mas também comunicativa e com fins de inclusão efetiva.

O ensino, de forma geral, conforme Menezes, Gomides e Ribeiro (2023) deve atender às legislações voltadas à comunidade surda, reconhecendo que

seu sistema comunicacional é distinto daquele usado pelos ouvintes. Ignorar a Libras como língua primária desses indivíduos contribui para o apagamento de sua cultura, identidade e língua, elementos essenciais para a promoção da pluralidade de ideias e a efetiva democratização do ensino.

Essa mudança após pesquisas na área coaduna com a afirmação de Vygotsky (1983) de que inclusão de fato para crianças surdas só pode acontecer após radicais mudanças que sejam consequências do aprofundamento de discussões a respeito da linguagem. Hoje, o que se permite como política educacional para pessoas surdas e ensurdecidas é “[...] a inclusão em escola comum em classes inclusivas; inclusão em salas de aula com turmas específicas para surdos denominadas de classes bilíngues; ou escolas bilíngues para surdos” (Albres, 2018, p. 342). A ideia é que se possa avaliar cada vez mais qual ou quais dessas estratégias é efetiva, sem esquecer da prática de escolas e turmas comuns, porém com um intérprete de Libras para traduzir as aulas regulares com professores ouvintes.

Por fim, destaca-se que o bilinguismo não é visto aqui como um método sem qualquer falha, pelo contrário, a proposta é que se investigue de maneira aprofundada seus impactos e efetividade, conforme Sanchez (1990) afirma reiterando a necessidade de novas investigações que possam até criar novos modelos de ensino ou aperfeiçoar os que já existem, tudo isso, obviamente, dando protagonismo às pessoas surdas e ensurdecidas nesse processo.

Nesse sentido, uma das possibilidades pode ser a utilização de tecnologias na educação bilíngue, como aplicativos e ferramentas digitais, especialmente considerando o crescente uso na educação. De acordo com Corrêa, Peduzzi Gomes e Gadis Ribeiro (2017) a utilização de aplicativo como o *Hand Talk* possibilita, ainda que parcialmente, para a superação de barreiras comunicativas e que pode ser utilizado por sujeitos surdos e ouvintes.

Apesar dessas potencialidades, vale frisar que existem desafios específicos no acesso equitativo às tecnologias, como os custos envolvidos, a formação adequada dos educadores, a infraestrutura necessária e a produção de conteúdos adaptados. Para que as novas tecnologias estejam acessíveis e sejam implementadas, é essencial adotar uma abordagem colaborativa,

envolvendo educadores, desenvolvedores, estudantes surdos e ensurdecidos e suas comunidades (Silva e Santos, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos refletir sobre a evolução do ensino para surdos e ensurdecidos no Brasil, destacando a importância do bilinguismo como método central para promover a inclusão e o aprendizado efetivo desse público. Por meio de uma análise bibliográfica e documental, foi possível resgatar momentos históricos marcantes, como o impacto do Congresso de Milão e a criação de legislações brasileiras voltadas à inclusão, que moldaram tanto os avanços quanto os desafios enfrentados por essa comunidade.

A pesquisa reafirma que o bilinguismo, ao reconhecer a Libras como primeira língua e a língua portuguesa como segunda, representa não apenas uma estratégia pedagógica, mas também uma forma de valorização cultural e identitária. No entanto, a aplicação desse método ainda enfrenta barreiras, como a carência de profissionais qualificados, a resistência de algumas instituições educacionais e o desconhecimento da sociedade em geral sobre a importância das línguas de sinais.

Ao mesmo tempo, as discussões apresentadas evidenciam a necessidade de maior investimento em formação docente, produção de materiais acessíveis e aprofundamento de pesquisas sobre práticas pedagógicas inclusivas. Destaca-se também a urgência de ampliar o protagonismo da comunidade surda em processos de decisão, para que políticas públicas sejam mais assertivas e representativas. Além disso, a incorporação de tecnologias educacionais apresenta-se como uma oportunidade para potencializar a aprendizagem, promover acessibilidade, assim como pode facilitar a interação entre alunos surdos e ouvintes. A utilização de modelos didáticos acessíveis, como aqueles adaptados para deficientes visuais, reforça a importância de práticas pedagógicas inclusivas, promovendo a equidade no aprendizado e facilitando a compreensão por meio de recursos sensoriais e táteis (Santos, 2024).

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar os debates sobre a educação bilíngue, inspirando futuras investigações que explorem alternativas inovadoras e sustentáveis para a inclusão de surdos e ensurdecidos no sistema educacional brasileiro. Que essas reflexões possam fomentar um ensino mais justo, democrático e transformador, no qual as diferenças sejam respeitadas e valorizadas como parte essencial do processo educativo.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PPG/UEMA (N. 156279/2023), Programa de Doutorado em Ensino da Rede Nordeste de Ensino (RENOEN), Mestrado em Educação Inclusiva (PROFEI), ao programa de Mestrado em Processos e Tecnologias Educacionais.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. de A. Formação de tradutores intérpretes Libras – Português: desafios da interpretação do discurso. In: Barros, A. L. E. C.; Calixto, H. R. S.; Negreiros, K. A. (orgs.). **Libras em diálogo: interfaces com o ensino**. Campinas - SP: Pontes editores, 2018.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BRASIL. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 18 dez. 2024.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96150/Decreto-5626-05>. Acesso em: 30 de dez de 2024.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**.

Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2024.

_____, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 18 dez. 2024.

_____. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o ensino bilíngue para surdos como modalidade de educação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em 22 dez. 2024.

CORRÊA, Y.; PEDUZZI GOMES, R.; GADIS RIBEIRO, V. Aplicativos de Tradução Português-Libras na Educação Bilíngue: desafios frente à desambiguação. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 2017. DOI: 10.22456/1679-1916.79277. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/79277>. Acesso em: 15 jan. 2025.

DIZEU, L. C. T. de B.; CAPORALI, S. A. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583-597, maio/ago, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 dez. 2024.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Integração social do surdo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 7, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639021>. Acesso em: 1 jan. 2025.

FERNANDES, E.; RIOS, K. R. Educação com bilinguismo para crianças surdas. **Intercâmbio**, [S. l.], v. 7, 2010. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3998>. Acesso em: 1 jan. 2025.

LEITE, M. FORMAÇÃO DE DOCENTES DE LIBRAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS: A PEDAGOGIA BILÍNGUE. **Revista Falange Miúda**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.upe.br/index.php/refami/article/view/599>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MENEZES, I. M.; GOMIDES, P. A. D.; RIBEIRO, V. F. SURDEZ E EDUCAÇÃO SUPERIOR: contribuições da tecnologia para o bilinguismo nas universidades. **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2023. Disponível em:

<https://cilttec.textolivre.pro.br/index.php/CILTecOnline/article/view/1112>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MILANEZI, T. C. de M. **Políticas de alfabetização de surdos adotadas no Brasil (2003 a 2016) e em países da América Latina: diálogos com as orientações da Unesco**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 252 f., 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13742152. Acesso em 15 dez. 2024.

MILANEZI, T. C. de M. **Políticas de alfabetização de surdos adotadas no Brasil (2003 a 2016) e em países da América Latina: diálogos com as orientações da Unesco**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 252 f., 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13742152. Acesso em 15 dez. 2024.

NEGREIROS, K. A. de. **As contribuições da perspectiva translíngua para ensino bilíngue de surdos: uma análise de produções escritas de alunos do ensino fundamental**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 189 f., 2021. Disponível em:

https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11282948. Acesso em 15 dez. 2024.

NOGUEIRA, A. S. **“O surdo não ouve, mas tem olho vivo”** – a leitura de imagens por alunos surdos em tempos de práticas multimodais. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 307 f., 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/957926>. Acesso em 29 dez. 2024.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SANCHEZ, C. M. **La increíble y triste historia de la sordera**. Caracas: Impresión. Ceprosord. 1990.

SANTOS, P. J. A. dos. **Onde estão os surdos na História? Uma experiência curricular no Ensino de História em escola inclusiva**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 273 f., 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12252523. Acesso em 15 dez. 2024.

SANTOS, S. L. S.; Ferreira, W. S.; FERREIRA, S. R. B. Utilização de modelo didático no ensino de DNA com acessibilidade a deficientes visuais. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, p. e14938, 2024.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1987.

SILVA, M. N. P.; SANTOS, J. P. C. Educação de surdos: as tecnologias como ferramentas para auxiliar no processo de aprendizagem. **Revista Educação e Humanidades**, v. 5, n. 2, p. 27-49, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/15800>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, K. L. **História da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo, SP: Atlas, 2011. p. 51-61.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectología**. Moscú: Editorial Pedagógica, 1983.